

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 14 de maio de 2025 às 07h54
Seleção de Notícias

Blog Coluna Capital - O Globo Online BR	
Marco regulatório INPI	
Meituan registra marca Keeta no Brasil para enfrentar iFood e começa a contratar	3
RENNAN SETTI	
 Estado de Minas - Online BR-MG	
Propriedade Intelectual	
Tigo Energy encerra litígio de vários anos por violação de patente com a SMA	4
 Fator Brasil - Online BR	
Propriedade Intelectual	
Brasil e China: uma nova integração jurídica e tecnológica	6
CANAL	
 Migalhas BR	
Marco regulatório INPI	
STJ analisa disputa de registro entre Polo Ralph Lauren e Black Horse	8
MIGALHAS	
 Consultor Jurídico BR	
Marco regulatório INPI	
Mandado de segurança é válido para pedir registro de marca ao INPI	10

Meituan registra marca Keeta no Brasil para enfrentar iFood e começa a contratar



Gigante chinesa também tenta registrar marca de entrega por drone no país

Prestes a estrear no mercado de delivery de restaurantes no Brasil, a chinesa Meituan já registrou no país a marca Keeta - com a qual opera fora da China - e iniciou o processo de contratação de executivos e entregadores brasileiros. Os movimentos fazem parte da estratégia da companhia, que pretende investir R\$ 5,6 bilhões no país nos próximos cinco anos para desafiar a dominância do iFood, cuja participação de mercado é estimada em mais de 80%.

Como contou a coluna no domingo, a Meituan já abriu escritório na Vila Olímpia, em São Paulo, mas o time local é praticamente todo chinês. A equipe do projeto foi formada a partir de fevereiro, e fazem parte dela executivos como a economista Nancy Cai, que passou por gigantes como AB InBev (em Xangai), Uber, ByteDance (dona do TikTok) e Alibaba e está cuidando do desenvolvimento de negócios da Keeta no Brasil.

É esse time de chineses que vem se reunindo com executivos de grandes redes de restaurantes no Brasil ao longo das últimas semanas. A Keeta tem atualmente 37 vagas abertas no país, algumas delas para cargos-chave, como diretor da operação na cidade de São Paulo, chefe de relações públicas e chefe de experiência do usuário.

Keeta Drone? Além disso, a Keeta já estabeleceu um portal para cadastro de entregadores interessados em atuar na plataforma, abrangendo profissionais que trabalham com moto, bicicleta ou carro. A companhia chinesa também está à procura de operadores logísticos, prometendo "benefícios exclusivos" a empresas de entrega que possuam frota própria.

A Meituan já obteve a liberação do uso da marca Keeta no Brasil junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**). Por meio da subsidiária Kangaroo Limited, a empresa conseguiu a concessão do registro no fim de outubro para serviços de transporte, inclusive de alimentos e bebidas.

Em paralelo, a gigante chinesa tenta registrar a marca Keeta Drone. No fim do ano passado, a Meituan conseguiu registrar essa marca em Dubai, onde já realiza entregas por drones. A companhia também presta o serviço na China continental e está preparando a estreia da entrega por drones em Hong Kong.

Não está claro se o registro da marca no Brasil é apenas um movimento de proteção ou se a companhia tem planos imediatos de lançar a entrega por drones já em sua estreia no mercado brasileiro. De qualquer forma, o **INPI** ainda não concedeu o registro da marca Keeta Drone à subsidiária da Meituan.

Tigo Energy encerra litígio de vários anos por violação de patente com a SMA

O acordo valida a **propriedade** intelectual da Tigo, encerra o litígio com a SMA e reforça seu compromisso com a inovação no setor.

A Tigo Energy, Inc. (NASDAQ: TYGO) ("Tigo" ou "Empresa"), fornecedora líder de soluções inteligentes de software para energia e energia solar, anunciou hoje que firmou um acordo de vários anos com a SMA (SMA Solar nology AG e SMA Solar nology America LLC) para encerrar o litígio relacionado à violação de sua propriedade intelectual. O acordo põe fim à ação movida pela Tigo em 11 de julho de 2022, Processo n.º 1:22-cv-00915 (D. Del.), na qual alegava a infração de determinadas patentes por parte da SMA. Os termos do acordo são confidenciais e não serão divulgados.

Segundo o Código Elétrico § 690.12, "Rapid Shutdown of PV Systems on Buildings" (Desligamento rápido de sistemas fotovoltaicos em prédios, em português) exige que os circuitos de sistemas fotovoltaicos "instalados em prédios ou dentro deles incluam uma função de desligamento rápido para reduzir o risco de choque para equipes de emergência". A tecnologia de desligamento rápido da Tigo está em conformidade com a UL 1741, o Padrão de Segurança para Inversores, Conversores, Controladores e Equipamentos de Sistema de Interconexão para Uso com Recursos de Energia Distribuída, e com os requisitos de desligamento rápido do Código Elétrico (NEC) dos EUA. A Tigo é líder em tecnologia de desligamento rápido e MLPE, com mais de 150 patentes concedidas ou pendentes. A empresa licencia ativamente suas patentes para outros fornecedores de equipamentos solares e tem vencido repetidamente em disputas de patentes.

"A capacidade das empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento de proteger e defender sua **propriedade** intelectual é fundamental para o espírito de inovação que as torna competitivas", afir-

mou Zvi Alon, CEO da Tigo Energy. "Este acordo é um avanço bem-vindo, pois reforça a validade da **propriedade** intelectual da Tigo, que está na base da nossa tecnologia de classe mundial".

Desde 2007, instaladores solares implantaram milhões de dispositivos Tigo MLPE em mais de cem países, abrangendo todos os sete continentes. A plataforma Tigo Energy Intelligence monitora, em média, 2,3 GWh de geração solar por dia. Os produtos Tigo MLPE oferecem otimização, monitoramento e desligamento rápido, contribuindo para a proteção de infraestruturas críticas de energia solar, com foco em confiabilidade e retorno consistente sobre o investimento.

Os produtos, patentes e alguns licenciamentos da Tigo relacionados à tecnologia de desligamento rápido podem ser consultados na página. Para informações adicionais sobre o portfólio de soluções Tigo Flex MLPE, visite o site.

Sobre a Tigo Energy

Fundada em 2007, a Tigo Energy, Inc. (Nasdaq: TYGO) é uma líder global no desenvolvimento e fornecimento de soluções inteligentes de hardware e software que aumentam a segurança, elevam a geração de energia e reduzem os custos operacionais de sistemas solares residenciais, comerciais e de grande escala. A Tigo combina sua tecnologia Flex MLPE (Eletrônica de Potência em Nível de Módulo) e otimizadores solares com recursos inteligentes baseados em nuvem, oferecendo monitoramento e controle avançado de energia. Os produtos Tigo MLPE maximizam o desempenho, permitem o monitoramento em tempo real e oferecem desligamento rápido conforme exigido pelos códigos regulatórios no nível do módulo. A empresa também desenvolve e fornece inversores e sistemas de armazenamento de baterias voltados para o mercado de

Continuação: Tigo Energy encerra litígio de vários anos por violação de patente com a SMA

energia solar residencial com armazenamento. Para informações adicionais, visite o site www.tigoenergy.com.

O texto no idioma original deste anúncio é a versão oficial autorizada. As traduções são fornecidas apenas como uma facilidade e devem se referir ao texto no idioma original, que é a única versão do texto que tem efeito legal.

Ver a versão original em [businesswire.com](https://www.businesswire.com): [https://w](https://www.businesswire.com)

www.businesswire.com/news/home/20250513622175/pt/Contato:

nica Communications

Luis de Leon

E-mail: tigoenergy@technica.inc Fonte: BU-SINESS WIRE

Brasil e China: uma nova integração jurídica e tecnológica

CANAL

As relações entre Brasil e China passam por uma profunda transformação. Se antes a parceria bilateral concentrava-se nos campos do comércio e da infraestrutura, hoje o Direito emerge como um novo e estratégico eixo de cooperação. Essa evolução tornou-se ainda mais evidente durante a missão institucional que realizei à China, em março de 2025.

Na China-Brazil Legal Conference, realizada em Xangai, discutimos com juristas brasileiros e chineses os desafios contemporâneos da resolução de disputas, o papel crescente da arbitragem em um mundo em constante mudança, além de temas como inteligência artificial aplicada ao Direito, tecnologia jurídica e transformação digital do sistema de Justiça. O evento, promovido pela Shanghai Law Society, em parceria com a East China University of Political Science and Law e a PUC-SP, simbolizou o fortalecimento de uma agenda bilateral que integra Direito e tecnologia.

Essa agenda já se concretiza em ações práticas. Em 2024, o Supremo Tribunal Federal assinou um acordo de cooperação com a Suprema Corte da China, com foco na aplicação de inteligência artificial no sistema judiciário visando mais eficiência, agilidade e transparência. A China opera com tribunais digitais, plataformas online de mediação e sistemas automatizados de análise jurídica, evidenciando como a tecnologia pode democratizar o acesso à Justiça.

O Brasil também avança nessa direção. Segundo o Distrito Lawtech Report 2024, o país já conta com mais de 300 lawtechs, representando um crescimento de 23% em dois anos. Soluções como automação processual, análise preditiva e mediação online vêm se consolidando, criando uma base sólida para o diálogo com práticas jurídicas globais de ponta.

Formar novas lideranças jurídicas é fundamental nes-

se processo. Em Xangai, tive a oportunidade de acompanhar o desempenho notável de equipes brasileiras em moots internacionais - com destaque para as universidades do Amazonas e da PUC-SP - demonstrando que o Brasil forma juristas aptos a atuar em um ecossistema jurídico global, colaborativo e inovador.

Na etapa de Hong Kong da missão, participamos do principal evento do East Vis Moot, competição internacional de arbitragem simulada, com a presença de universidades do mundo inteiro e de renomados especialistas. Nos side events que acompanham o torneio, o foco foi a resolução alternativa de conflitos, tema crucial para empresas brasileiras que buscam expandir seus negócios na Ásia. A arbitragem e a mediação oferecem segurança jurídica, previsibilidade e proteção a investimentos. O Brasil já conta com centros de arbitragem consolidados, mas pode avançar ainda mais ao incorporar experiências chinesas que combinam inovação regulatória com fortalecimento institucional.

Nesse contexto, a ratificação da Convenção de Singapura surge como um passo decisivo. Assinada pelo Brasil em 2021 e atualmente em tramitação no Congresso Nacional, a convenção permitirá que acordos de mediação tenham validade e força executiva nos países signatários. Trata-se de um avanço relevante para ampliar a segurança jurídica e consolidar a mediação como um dos pilares na resolução internacional de disputas.

A China é um exemplo nesse campo: a mediação é amplamente utilizada por empresas privadas e estatais como forma eficiente e sustentável de resolução de conflitos. Seguir essa trilha poderá fortalecer a competitividade brasileira e reforçar o protagonismo do país no cenário jurídico internacional. Vale destacar que Hong Kong sediará a

Continuação: Brasil e China: uma nova integração jurídica e tecnológica

recém-criada International Organization for Mediation (IOM), voltada a promover o uso da mediação em contratos internacionais e estimular a cultura da conciliação global.

Simultaneamente, Brasil e China avançam em sua cooperação científica e tecnológica. A agenda bilateral lançada em dezembro de 2024 prevê parcerias estratégicas nas áreas de inteligência artificial, governança digital, proteção de dados e **propriedade intelectual** - demonstrando que essa integração extrapola o campo econômico e contribui para a construção de novos marcos jurídicos globais.

Adicionalmente, está em estudo a criação de um programa de intercâmbio entre a Shanghai Law Society e a Ordem dos Advogados do Brasil, que incluirá advogados, escritórios de advocacia, fóruns, conferências e cursos. Trata-se de uma oportunidade histórica. O Direito pode - e deve - ser um elo estratégico na relação sino-brasileira, promovendo estabilidade institucional, desenvolvimento sustentável e soberania.

Para isso, é essencial investir na formação de quadros jurídicos, no intercâmbio acadêmico e profissional, e em uma diplomacia jurídica mais ativa. A integração entre Brasil e China é um projeto em andamento - e a ratificação da Convenção de Singapura representa um passo estratégico para consolidá-lo e posicionar o Brasil no centro da nova ordem jurídica global.

Por: Thomas Law, advogado, presidente da Coordenação Nacional das Relações Brasil-China da OAB Federal, vice-presidente de Assuntos Internacionais da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB/SP, vice-presidente da Comissão Especial de Infraestrutura da OAB/SP, conselheiro estadual da OAB/SP, doutor em Direito Comercial pela PUC/SP, presidente do IBCJ (Instituto Brasileiro de Ciências Jurídicas) e do Instituto Sociocultural Brasil-China (Ibrachina), vice-presidente do CEDES (Centro de Estudos de Direito Econômico e Social) e fundador do Ibrawork - um hub de inovação aberta voltado a smart cities e ao setor jurídico.

STJ analisa disputa de registro entre Polo Ralph Lauren e Black Horse



Para relatora, ministra Nancy Andrighi, há alta similaridade entre as marcas e chances de confusão entre consumidores.

Marca STJ analisa disputa de registro entre Polo Ralph Lauren e Black Horse Para relatora, ministra Nancy Andrighi, há alta similaridade entre as marcas e chances de confusão entre consumidores. Da Redação terça-feira, 13 de maio de 2025 Atualizado às 17:10 Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

A 3ª turma do STJ analisa se a marca Black Horse - Polo Farm deve ter registro invalidado no **INPI** por supostamente copiar elementos da marca The Polo/Lauren Company, conhecida mundialmente pela grife Ralph Lauren.

Até o momento, a relatora, ministra Nancy Andrighi, votou pela invalidação do registro. O julgamento, no entanto, foi suspenso após pedido de vista do ministro Moura Ribeiro.

Entenda

O recurso da Ralph Lauren foi apresentado após decisão do TRF da 2ª região, que reformou sentença e negou provimento ao pedido de nulidade de registros das marcas mistas contendo a expressão Black Horse - Polo Farm, de titularidade de uma empresa brasileira do ramo de vestuário.

A grife americana busca também impedir que a em-

presa de calçados utilize, nas respectivas marcas, a expressão "POLO" em conjunto com a silhueta de um homem a cavalo - elementos que integram a identidade visual das marcas Ralph Lauren.

No acórdão recorrido, o TRF entendeu que tanto o termo "POLO" - isoladamente ou combinado a outros vocábulos - quanto a representação de um cavaleiro não têm ineditismo suficiente, sendo considerados signos de natureza genérica ou comum.

Por esse motivo, considerou que as marcas em conflito se enquadram como "marcas fracas", cuja proteção jurídica deve ser atenuada, permitindo o registro de expressões similares perante o **INPI**.

Alta similaridade

No voto, a ministra destacou o "alto grau de semelhança" entre os sinais distintivos das duas marcas. Para Nancy, a coexistência dos registros é incompatível com os princípios de proteção marcária, sobretudo porque ambas as empresas atuam no mesmo segmento de mercado - o de moda e vestuário de inspiração equestre.

"A potencial confusão gerada no público consumidor é evidente, não podendo autorizar assim a coexistência dos sinais", afirmou a ministra.

Ela ainda ressaltou que a proteção à marca se dá mesmo na hipótese de mera possibilidade de confusão, sendo dispensável a comprovação de erro efetivo por parte de consumidores.

A relatora baseou seu voto na análise do conjunto marcário sob as dimensões fonética, gráfica e ideológica, conforme orientação técnica do **INPI** - Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Continuação: STJ analisa disputa de registro entre Polo Ralph Lauren e Black Horse

Ela destacou que a lei 9.279/96 - que regula a propriedade industrial no Brasil - veda o registro de marcas que reproduzam ou imitem, ainda que parcialmente, sinais já registrados, caso isso possa causar confusão ou associação indevida com outra marca já estabelecida.

Veja o voto:

Processo: REsp 2.167.759

Mandado de segurança é válido para pedir registro de marca ao INPI



Direito assegurado Mandado de segurança é válido para pedir registro de marca ao **INPI**

Cabe o mandado de segurança para pedir o registro de marca ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) se o autor demonstrar direito líquido e certo a partir de um juízo hipotético e provisório.

A conclusão é da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que negou provimento a recurso especial do **INPI** sobre o tema. A votação foi unânime, conforme a posição da relatora, ministra Nancy Andrighi.

O caso é o da tentativa de registro da marca Oral Qualitã por uma empresa de odontologia, que foi negada administrativamente pelo **INPI** por representar expressão de caráter genérico.

A empresa, então, ajuizou mandado de segurança sustentando o direito líquido e certo de registrar a marca, que possuiria suficiente cunho distintivo. O MS foi admitido e julgado procedente nas instâncias ordinárias.

Cabimento do mandado de segurança

Ao STJ, o **INPI** sustentou que o MS não é a via correta para a obtenção de registro de marca que foi indeferido pela autoridade técnica, por demandar pro-

dução de prova pericial para afastar a presunção de legitimidade do ato administrativo.

No entanto, Nancy lembrou que o mandado de segurança é o instrumento cabível contra ato de qualquer autoridade pública praticado ilegalmente ou com abuso de poder, sendo apto a proteger direito líquido e certo não amparado por Habeas Corpus ou Habeas Data.

O direito líquido e certo deduzido deve ser verificável pelo julgador a partir da análise da prova apresentada em conjunto com a inicial. Assim, a admissibilidade do MS deve ser feita a partir de um juízo hipotético e provisório da veracidade das alegações contidas.

Registro de marca

Ao analisar o caso, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região concluiu que o direito da parte impetrante foi demonstrado de plano e não precisa de dilação probatória, visto que basta averiguar se Oral Qualitã possui distintividade para permitir o registro.

"Ou seja, o acórdão recorrido reconheceu que, dos fatos alegados na inicial (caráter distintivo da marca), poderia resultar o direito subjetivo invocado (invalidação do ato denegatório), sem necessidade de dilação probatória", disse a ministra Nancy.

"Afigura-se correta a conclusão do acórdão recorrido no sentido da adequação da via processual eleita, uma vez que a impetrante, ao afirmar ser titular de direito líquido e certo violado por ato da autoridade, deduziu pretensão hipoteticamente acolhível em sua

Continuação: Mandado de segurança é válido para pedir registro de marca ao INPI

inicial", concluiu ela.

para ler o acórdão

REsp 2.173.649

Danilo VitalÉ Correspondente Da Revista

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3, 8, 10

Propriedade Intelectual
4, 6